



Na imanência, haverá saídas do sistema do juízo? O juízo de Deus em questão

In immanence, will there be exits from the system of judgment?
God's judgment called into question

Ester Maria Dreher Heuser*

Douglas Meneghatti**

Resumo

Este artigo ocupa-se das relações entre o “juízo de Deus” e o “juízo final” e entre a transcendência e a imanência, a partir de duas perspectivas do Apocalipse: aquela contida no último livro bíblico, escrito por João de Patmos, e no seu contraponto, o Apocalipse de D. H. Lawrence. A primeira apresenta um cenário de julgamento e condenação dos ímprobos; se alimenta do medo e da esperança dos fiéis, que anseiam por uma vida de plenitude e paz eterna, após o triunfo daqueles que supostamente serão inocentados frente ao “tribunal divino”. A segunda perspectiva evidencia que João de Patmos descreveu um grande julgamento dos perseguidores de cristãos, o qual se configurou como um tribunal moral, do “bem” contra o “mal”, e prefigurou a esperança numa vida além-mundo, que tem consequências neste mundo por meio do “juízo de Deus”, praticado por quem necessita e deseja julgar. O artigo discute essas implicações, reconhece que os resultados do juízo atravessam corpos, pensamentos, discursos e práticas; constroem e destroem existências; estabelecem padrões morais e determinam maneiras de viver, mas insiste em questionar se há, na imanência, possibilidades de viver livre do sistema do juízo e encontra, em Lawrence, índices para uma resposta afirmativa.

Palavras-chave: Juízo de Deus. Apocalipse. João de Patmos. D. H. Lawrence. Imanência. Transcendência.

Abstract

This paper deals with the relationships between the “judgment of God” and the “last judgment” and between transcendence and immanence, from two perspectives of the Apocalypse, the first one contained in the last biblical book, written by John of Patmos, and the second one its counterpoint, D. H. Lawrence's Apocalypse. The first presents a scenario of judgment and condemnation of the wicked; It feeds from the fear and hope of the faithful who yearn for a life of fullness and eternal peace, after the triumph of those who are supposed to be acquitted before the “divine court”. The second perspective shows that John of Patmos presented a judgment of the persecutors of Christians, which was configured as a moral court, of “good” against “evil”, and prefigured the hope of a life in an after-world, which has consequences in this world through the “judgment of God”, practiced by those who need and want to judge. The paper discusses these implications, recognizes that the results of judgment cross bodies, thoughts, discourses and practices; build and destroy existences; establish moral standards and determine ways of living. This paper insists on questioning whether there are, in immanence, possibilities of living free from the system of judgment and finds, in Lawrence, indexes for an affirmative answer.

Keywords: Judgment of God. Apocalypse. John of Patmos. D.H. Lawrence. Immanence. Transcendence.

Artigo submetido em 20 de junho de 2023 e aprovado em 21 de novembro de 2024.

* Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestra em Educação Nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Professora da UNIOESTE, Campus Toledo (PR) ORCID: 0000-0002-1762-7526. País de origem: Brasil. E-mail: esterheu@hotmail.com.

** Doutor e Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus Toledo. Professor EBTT do Instituto Federal do Paraná - Campus Capanema. País de origem: Brasil. E-mail: douglas.meneghatti@ifpr.edu.br.

Introdução

O juízo de Deus se alimenta da construção de uma dívida infinita que determina o destino dos corpos. Na lógica do juízo de Deus há sempre uma relação de subserviência, ante a qual o devedor é submetido como herdeiro de uma maldição que sela sua vida desde a concepção¹. No caso da tradição judaico-cristã, o humano nasce corrompido pelo pecado de Adão e Eva, assumindo uma dívida que começará a ser expurgada por cerimônias de purificação, como é o caso do Batismo para os cristãos católicos. Na ótica cristã, Cristo representa a redenção do pecado de Adão e Eva, uma vez que, por intermédio da sua morte na cruz, a humanidade teria sido redimida do pecado de seus antepassados. Neste artigo, confrontamos a visão redentora de Cristo com a perspectiva do escritor inglês David Herbert Lawrence, para quem o próprio Cristo também foi vítima do juízo de Deus, o qual promove o desprezo pela imanência e o apego à transcendência. Para tanto, tratamos o juízo de Deus como uma teleologia voltada para um apocalipse capaz de prefigurar a esperança de uma vida futura, transcendente, expressa pela ideia de uma “Jerusalém Celeste” (Ap 21: 21).

Convém mencionar que a temática do Apocalipse vai além dos livros bíblicos que envolvem revelação, escatologia, juízo final e premonições. Em seu artigo “A literatura apocalíptica: o gênero como expressão”, Soares (2008), ao levantar estudos em torno desse gênero e sistematizar a problemática, assume a distinção de Koch (1972) entre o Apocalipse como “tipo ou gênero literário” e a Apocalíptica “como movimento intelectual”. O tipo ou gênero literário abrange, sobretudo, os escritos judaicos e cristãos redigidos entre 250 a.C. e 100 d.C. Para Soares, essa literatura inclui conflito, escatologia e universalismo, tendo por desdobramento o movimento intelectual apocalíptico, que culmina no grande e dramático conflito entre Reino de Deus e Reino de Satanás (Cf. 2008, p. 101). Assim, o termo “apocalíptico” pode ser sintetizado como “especulação que – frequentemente em forma alegórica [...] – pretende interpretar o curso da

¹ O “juízo de Deus” é tematizado por Deleuze, em *Crítica e clínica*, no texto “Para dar um fim ao juízo” (2011, p. 143-153). Nele o filósofo apresenta e problematiza as características da doutrina do julgamento que, segundo ele, é elaborada e desenvolvida da tragédia grega à filosofia moderna, ou seja, até hoje. Essa doutrina orienta o sistema de julgamento – em diferentes âmbitos, como a filosofia, as artes, as ciências, as religiões, a política, as instituições – e foi chamada de “juízo de Deus” pelo ator e dramaturgo Antonin Artaud, que é, para Deleuze, um dos discípulos de Spinoza, aquele que, primeiro e mais radicalmente, rompeu com a tradição judaico-cristã, inventou e conduziu a crítica ao juízo. Deleuze considera, nesse texto, além de Artaud, Nietzsche, Kafka e D.H. Lawrence discípulos de Spinoza. De nossa parte, incluímos o próprio Deleuze entre esses discípulos.

história e revelar o fim do mundo” (Koch, 1972, p. 33). Seja como gênero ou movimento, a questão ainda compõe o imaginário contemporâneo, ao menos por meio da religião e de variados gêneros literários e cinematográficos – tendo como fio condutor a premonição do fim dos tempos, aliado com a sempre presente ideia de punição para os ímpios e de recompensa para os justos.

Para Lawrence (1990), a busca excessiva pela transcendência, que permeia a visão apocalíptica de mundo, constitui uma filosofia de negação da vida cósmica, solar. O próprio Cristo, para cumprir com o plano de salvação da humanidade, teve de abdicar da sua vida terrena, dedicando-se, exclusivamente, à construção de uma realidade ultraterrena, na qual retornaria a seu pai: Deus. A partir dessa compreensão, Lawrence (1990) escreve a novela *O homem que morreu*² como um movimento de desconstrução do Cristo sobrenatural, dando-lhe um destino avesso àquele que a história replicou, apoiada no Novo Testamento da Bíblia. Dá-lhe uma outra ressurreição: tendo “acordado de sua crucificação” no túmulo, “o homem que morreu” deu-se conta de que teria uma nova oportunidade para recomeçar sua vida – sem toda pressão e responsabilidade que carregara enquanto predestinado à salvação da humanidade. Nesse caso, passou a encarar sua morte como uma salvação particular: “Assim Pilatos e os sumos sacerdotes salvaram-me de minha própria salvação excessiva” (Lawrence, 1990, p. 137).

Entre o cristianismo ascético e o paganismo erótico, Lawrence possibilita ao homem que morreu experimentar o e surpreender-se com o torvelinho do mundo dos fenômenos e constatar que ele é mais maravilhoso do que qualquer salvação ou céu. O desenrolar da novela é marcado pela relação do homem que morreu com um mundo que jamais havia morrido – o mundo natural, que é o que é, sujo e limpo ao mesmo tempo – e não precisa ser salvo; pelo retorno aos homens, sendo só em meio a eles; percebendo que a vida borbulha de modos diversos, ao contrário do que – antes de sua morte – ele mesmo pregava: que o mundo borbulhasse uniformemente; até o seu encontro com a sacerdotisa Ísis – numa saga em que o beijo de traição de Judas é tomado ao revés: “Tivesse eu

²Essa novela pode ser ouvida pelo aplicativo *Spotify*, em três episódios: “#1 Apresentação” (Heuser, 2020a); “O homem que morreu#2 Parte1” (Heuser, 2020b) e “O homem que morreu#3 Parte2” (Heuser, 2020c). Os áudios compõem o “Projeto áudio-fônico Doses Literárias”, produzido por Ester Maria Dreher Heuser.

beijado Judas com amor vivo, talvez ele jamais me desse o beijo da morte” (Lawrence, 1990, p. 167).

Considerando os dois contextos literários, compreendemos que, entre as formas do juízo presentes no *corpus* joanino e a luta lawrenciana travada contra ele, estão implicadas maneiras de viver – transcendentais e imanentes – que recaem sobre vidas reais. É inegável que o juízo de Deus incide sobre o mundo, aprisiona corpos em uma determinada composição afetiva, estabelece padrões morais que funcionam como estratos sobrepostos a outros e cria estruturas rígidas inibidoras de diferentes relações e composições de afetos. Se considerarmos sua predominância na tradição judaico-cristã, podemos dizer que ele convive ou, mais radicalmente, constitui a própria “natureza” humana. Contudo, a invenção de saídas para o que aprisiona o humano também é parte de sua condição, e atua, com mais ou menos força, em cada indivíduo. Por considerarmos a complexidade do humano é que pomos em questão se, na imanência, há saídas do sistema do juízo, para a vida.

1 Elementos da doutrina do juízo presentes no corpus joanino

Antes de adentrarmos ao Livro do Apocalipse, apresentaremos alguns traços do evangelho e da Epístola de João que se ligam ao último livro do Novo Testamento e ao conseqüente juízo de Deus. Dotado de traços singulares que o diferem dos evangelhos sinóticos³, o Evangelho de João aborda, com riqueza de detalhes, as últimas semanas de vida de Jesus. Sem a pretensão de operar um estudo historiográfico, é mister salientar que, conforme especialistas, por trás da escrita do texto estariam vários autores que constituíram a “escola joanina”⁴. Fato é que não há consenso, dentre teólogos e historiadores, sobre as etapas de elaboração do texto de João. Ele teria começado por tradição oral dentro o círculo mais próximo do Apóstolo e foi sendo elaborado, por escrito, até chegar à redação final, cujo nome do redator é desconhecido⁵. Resultado de um longo trabalho

³ Termo referido aos evangelhos de Mateus, Lucas e Marcos – dada a familiaridade e linearidade com que tratam das questões pertinentes a Jesus. Sinótico no sentido grego de visualizar de uma só vez todas as partes de um conjunto.

⁴ Cf. Introdução ao evangelho e às epístolas joaninas, presente na *Bíblia de Jerusalém* (2002, p. 1833-1841).

⁵ Sobre essa temática, recomendamos a leitura do livro *A comunidade do discípulo Amado*, de Raymond Edward Brown (2011). Nele, o autor distingue cinco redações sucessivas do evangelho: uma primeira iniciada por tradição oral; uma segunda em que o material é reunido nos círculos joaninos; uma terceira em que teria surgido a redação do evangelho; uma quarta, na qual é confrontado o texto redigido com novos elementos que foram surgindo na comunidade; e a quinta, em que teria sido elaborada, *a posteriori*, uma redação final revisada por um membro desconhecido da escola joanina.

coletivo, o texto nos ajuda a compreender as pregações, os sinais (milagres) e os elementos que levaram o “Rei dos Judeus” à crucificação e à morte na cruz.

O evangelho começa com uma interpretação do *Gênesis*, salientando que “No princípio era o Verbo e o Verbo estava com Deus e o Verbo era Deus” (Jo 1: 1). Assim, toda a criação, que culminará na existência do homem, enquanto imagem e semelhança de Deus, é oriunda da palavra divina, em uma fórmula que pode ser expressa da seguinte maneira: “Deus disse e assim se fez”. Na sequência, João liga o verbo que deu origem ao mundo e ao homem à *persona Christi*: “E o verbo se fez carne, e habitou entre nós” (Jo 1: 14). O início do texto de João é marcado pela consumação do dogma – *par excellence* – de todo o credo católico. Nele, confirma-se a “humanidade de Deus” e a “divindade de Cristo”. O Deus homem é a consumação de todas as profecias judaicas e o início de uma nova crença que dominou o Velho Continente ao longo da Idade Média. Para João, Jesus representa o novo Moisés e, portanto, a consumação de uma nova Páscoa, por meio da libertação definitiva do “povo de Israel”, que agora simboliza todos os povos. Aos poucos, foi instaurada uma instituição nominada como Católica (universal).

Após breve narrativa sobre o livro primeiro do Antigo Testamento, João se dedica a descrever o Ministério de Jesus, iniciando pela escolha dos apóstolos, seguida pelo anúncio dos sinais. Além de suas pregações, Jesus teria se utilizado de sinais/milagres para dar provas de sua filiação divina e, assim, fazer com que os galileus cressem nele. O evangelista João enumera sete sinais. O primeiro deles ocorreu em Caná da Galileia, quando Jesus, a pedido de sua mãe, transformou seis talhas de água em vinho, durante a festividade de um casamento (Jo 2: 1-12). Jesus ainda curaria o filho de um funcionário real, de uma enfermidade mortal (Jo 4: 46-54), um paraplégico (Jo 5: 1-18) e um cego de nascença (Jo 9). Além desses sinais, o autor apresenta a multiplicação dos pães (Jo 6: 1-15), a caminhada sobre as águas (Jo 6: 16-21) e, por fim, o mais intrigante de todos: a ressurreição de Lázaro, que já havia sido sepultado há quatro dias (Jo 11: 1-43). Durante toda a sua peregrinação pela Galileia, Jesus atraiu muitos seguidores, mas também fez grandes inimigos entre os chefes judeus, especialmente os fariseus, que passaram a vê-lo como uma grande ameaça contra o seu papel de “zeladores” da lei judaica

e seu relativo “bem-estar” entre os romanos. Motivos para a perseguição que interrompeu, prematuramente, a intensa peregrinação de Jesus.

Com a crescente popularidade de Jesus e os boatos alarmantes dos milagres operados, os chefes judeus, orquestrados pelo Sumo Sacerdote Caifás, deliberaram por sua morte. João dedicou os dez últimos capítulos de seu evangelho para narrar o fim do ministério público e o conhecido fim de Jesus, consumado com a traição do apóstolo Judas⁶. Após ser traído, Jesus foi conduzido a uma prisão diante dos sacerdotes judeus que, em seguida ao interrogatório, decidiram levá-lo ao governador romano Pilatos, que não encontrou motivo algum para sua condenação. Por isso, “lavou as mãos” e propôs à multidão que escolhesse a liberdade de um prisioneiro. Por sua vez, a multidão bradou pela libertação do bandido Barrabás e pela condenação à morte de Jesus. Na sequência, é apresentada a narrativa do caminho doloroso de Cristo até o Monte Calvário, onde foi crucificado e morto. Entre dois delinquentes, Jesus morreu numa sexta-feira e foi descido da cruz no mesmo dia, haja vista que, no outro dia, seria comemorada a grande festividade da Páscoa⁷. Após relatar o sepultamento ocorrido em um local próximo, o autor descreve o discurso do “grande dia” da ressurreição, que selaria a nova aliança divina para com a humanidade. A primeira a encontrar o sepulcro vazio foi Maria Madalena, para quem Cristo fez sua primeira aparição; seguida da aparição para os apóstolos, a quem Jesus proferiu as seguintes palavras: “A paz esteja convosco! Como o Pai me enviou, também eu vos envio” (Jo 20: 21). O livro termina com a última aparição de Jesus à margem do lago de Tiberíades, durante a narrativa de uma pescaria de Pedro e outros apóstolos.

No que tange à doutrina do juízo de Deus, convém mencionar que o Evangelho de João contém uma doutrina do julgamento edificada, a saber: “Quem nele crê não é julgado, quem não crê, já está julgado” (Jo 3: 18); ou, ainda, “Porque o pai a ninguém julga, mas confiou ao filho todo julgamento [...]. Quem

⁶ De acordo com a narrativa de Lucas, “Satanás entrou em Judas, chamado Iscariotes, do número dos Doze. Ele foi conferenciar com os chefes dos sacerdotes e com os chefes da guarda sobre o modo de lho entregar. Alegraram-se e combinaram dar-lhe dinheiro. Ele aceitou, e procurava uma oportunidade para entregá-lo a eles, escondido da multidão” (Lc 22: 3-6). A consumação da traição se deu no monte das Oliveiras com um beijo de Judas, identificando aos soldados quem era Jesus.

⁷ A festividade da Páscoa, para os judeus, é a celebração da libertação da comunidade de Israel da escravidão no Egito (Cf. Ex 12). Para os judeus convertidos ao cristianismo, Cristo passa a ser o novo libertador e a nova Páscoa, que celebra a Ressurreição de Cristo.

escuta a minha palavra e crê naquele que me enviou tem vida eterna e não vem a julgamento, mas passou da morte à vida” (Jo 5: 22-24). O texto deixa claro que o Pai deu toda a autoridade para o Filho julgar: “Assim como o Pai tem a vida em si mesmo, também concedeu ao Filho ter a vida em si mesmo e lhe deu o poder de exercer o julgamento” (Jo 5: 26-27)⁸. Ademais, os ímpios todos serão julgados pelo mal que fizeram, ou, como diz o autor, “para uma ressurreição de julgamento” (Jo 5: 29). João ainda afirmará que Jesus julga conforme a vontade de Deus e que quem não acredita já está condenado. Na verdade, após o milagre da cura do paraplético, João proferiu um “Discurso sobre a obra do filho” no qual apresentou Cristo como juiz, o que revela que o texto já dispõe de uma estrutura judicial em que a “humanidade” estaria sendo julgada⁹. Essa posição será explorada, sobremaneira, na ideia de “Juízo Final” presente no livro *Apocalipse* da “escola joanina”.

Quanto à Primeira Epístola de São João, logo no início, o autor propõe algumas condições para “caminhar na luz”. A primeira versa sobre romper com o pecado, atitude que exige a confissão sincera do pecado a Deus, que perdoará e purificará de toda injustiça: “Meus filhinhos, isto vos escrevo para que não pequeis, mas se alguém pecar, temos como advogado, junto do Pai, Jesus Cristo, o Justo” (1Jo 2: 1)¹⁰. A segunda condição orienta sobre a necessidade de se observar os mandamentos, excepcionalmente o da caridade. A terceira versa sobre o afastamento das coisas mundanas: “Não ameis o mundo nem o que há no mundo. Se alguém ama o mundo não está nele o amor do Pai” (1Jo 2: 15). A quarta exorta para o cuidado contra os anticristos, que já vieram e hão de vir, orientando para a comunidade se manter firme na fé no único Deus, que é o próprio Cristo,

⁸ No credo professado pelo catolicismo romano, Jesus também é mencionado como juiz: “[...] *sedet ad dexteram Dei Patris omnipotentis, inde venturus est iudicare vivos et mortuos*” – [...] está sentado à direita de Deus Pai todo-poderoso, de onde há de vir a julgar os vivos e mortos).

⁹ O juízo é diretamente proporcional aos incrédulos e inversamente proporcional aos crédulos. Segundo Wavgiński (2007, p. 20): “No seu conjunto, o quarto Evangelho apresentaria um discurso ‘judicial’ no qual o mundo é ‘julgado’. O juízo do mundo se dará diante de sua acolhida ou rejeição à pessoa de Jesus Cristo, pois se pode constatar que o testemunho preferencialmente diz respeito à pessoa de Cristo. Assim, há uma estrutura judicial no conjunto do quarto Evangelho, que apresenta um julgamento, na medida em que se acolhe ou se rejeita a pessoa de Jesus Cristo. Mas esta estrutura também é testemunhal, pois este julgamento se dá por meio da resposta ao testemunho apresentado a respeito da pessoa de Jesus Cristo. Este testemunho que quer conduzir à fé se manifesta por meio da recordação de testemunhas. Estas tiveram oportunidades privilegiadas de encontros com Jesus. E, a partir das recordações que as testemunhas manifestam, se faz uma confissão de acontecimentos. Este testemunho, que se dá por meio dos termos *μαρτυρέω* e *μαρτυρία*, é um testemunho da divindade de Jesus Cristo”. Os termos *μαρτυρέω* e *μαρτυρία*, usados por Wavgiński podem ser traduzidos como “ser testemunho” e “testemunho”.

¹⁰ Há aqui certa ambiguidade: ora Jesus é apresentado como juiz, ora como advogado. O que dá a entender que enquanto julga, Cristo também advoga pelo réu. Uma solução seria apelarmos para a misericórdia divina, que, nesse caso, estaria acima da justiça. Em todo caso, não faremos essa análise, pois interessa-nos, sobretudo, revelar a natureza judicativa da divindade – seja ela representada pelo Pai (Deus) ou pelo Filho (Jesus). De tal sorte que o julgamento compete sempre à divindade e nunca aos humanos.

Filho de Deus. Nesse tom de orientação, as quatro condições elencadas são apresentadas como necessárias para que não seja imputada, ao Filho, a tarefa de julgar os pecados humanos. Ou seja, tal qual no evangelho, Jesus é apresentado como o responsável pelo julgamento – de tal sorte que só será incorrido ao Juízo Final quem não seguir as exortações do próprio Cristo, rendendo-se aos seus desígnios.

O elemento central que permeia o conteúdo da carta é o amor/caridade. Importante afirmar que a leitura joanina tem o amor como essência do próprio Deus, que é amor. Porém, o juízo volta à cena, desta vez com o autor falando da necessidade de sobrepor o amor ao julgamento: “Não há temor no amor; ao contrário: o perfeito amor lança fora o temor, porque o temor implica castigo, e o que teme não chegou à perfeição do amor” (1Jo 4: 18). Em resumo, a carta expõe o amor divino como algo que deve transcender qualquer apego ao mundo e suas concupiscências, de forma que o juízo está arraigado na incredulidade com relação à divindade de Cristo. Assim, o julgamento é decorrente do apego ao mundo que “está sob o poder do maligno” (1Jo 5: 19), ao passo que a salvação está no próprio Cristo e na constante negação do pecado que aprisiona o corpo às coisas vilipendiosas.

2 Apocalipse e juízo final

O juízo final é um dos temas mais recorrentes da escatologia bíblica. Com promessas de punição para os ímprobos e salvação para os íntegros, a temática acompanha o imaginário social dos cristãos desde as primeiras décadas da cristandade. Dentre os próprios apóstolos de Cristo, era acirrada a discussão sobre uma possível segunda vinda d’Ele, que atuaria como juiz, mediando o caminho da salvação para os fiéis. Nesse contexto, o último livro do Novo Testamento revive essa discussão ao trazer à tona a temática da revelação de João.

Supostamente escrito por João, durante seu exílio na Ilha de Patmos, o Apocalipse é, sem dúvida, o livro mais simbólico do Novo Testamento. Em nota introdutória, a edição teológica da *Bíblia de Jerusalém* (2002, p. 2139) relata que não há unanimidade histórica quanto à redação original do texto. Uma linha investigativa outorga a autoria ao Apóstolo João, outra a um exilado político e

discípulo de João Evangelista, enquanto outras deixam em suspenso qualquer certeza acerca de sua escrita – atribuindo-a somente à escola joanina. Quanto ao estilo e conteúdo, o texto apresenta traços de parentesco com o Evangelho de João, ao mesmo tempo em que adota critérios linguísticos e traz conteúdos que afastam de uma continuação do texto evangélico. Ainda na introdução da tradução da *Bíblia de Jerusalém*, é tecido o seguinte comentário:

[...] se o Apocalipse de João apresenta parentesco inegável com os outros escritos joaninos, também se distingue claramente deles por sua linguagem, seu estilo e por certos pontos de vista teológicos (referentes sobretudo à Parusia de Cristo), a tal ponto que se torna difícil afirmar que procede imediatamente do mesmo autor (2002, p. 2139).

Datado das últimas décadas do primeiro século cristão, o texto foi escrito durante sangrenta perseguição romana aos fiéis que assumiam o novo credo difundido pelos apóstolos de Jesus. Se trata de um livro redigido “com sangue” diante de um cenário cruel e nefasto. Desse fato incorre a possibilidade de o livro ter sido escrito sob a égide do ressentimento dos perseguidos, ou, mesmo, como um mecanismo de defesa que imputa aos perseguidores toda a tragicidade da revelação de um “juízo final” que restabeleceria a justiça, por meio da condenação eterna àqueles que perseguiram, torturaram e mataram os primeiros cristãos¹¹.

O livro traz à tona uma “revelação” do próprio Cristo ao escritor, que parece crer na consumação das promessas divinas com a vinda definitiva de Jesus, passagem atestada na inscrição “o Tempo está próximo” (Ap 1: 3). Aliás, era comum, dentre os apóstolos, a interpretação de uma vinda gloriosa de Cristo que consumaria, de uma vez por todas, as promessas divinas e, conseqüentemente, cessaria com as perseguições contra os cristãos, que passariam a “usufruir” do reino celeste. O que é peculiar e único, em meio aos textos canônicos do Novo Testamento, podendo – em termos de visão profética – ser relacionado com o Livro de Daniel, do Antigo Testamento, é a descrição sistemática e simbólica do “Juízo Final” que o Apocalipse traz. A ponto de causar certo temor entre os fiéis, devido ao seu caráter teleológico e judicativo, contra os “desaventurados”.

¹¹ Para Bortolini (1994, p.7-14), o autor do Apocalipse é um exilado político que dedica o seu trabalho ao mestre e autor do evangelho, João. Bortolini faz questão de frisar que o autor do Apocalipse “não estava pensando no fim do mundo” (p. 13), estava, no entanto, construindo um livro de resistência e denúncia, contra todo o sofrimento da cristandade frente ao Império Romano, e celebrando a descida de uma nova Jerusalém Celeste que expurgaria o sofrimento, após a resistência dos cristãos.

A narrativa de um Apocalipse como prefiguração do fim dos tempos é negada por muitos padres/teólogos que compõem o catolicismo – dentre eles Bortolini (1994). Para os cristãos católicos, o Apocalipse celebra a vitória do ressuscitado, apresentando uma nova Jerusalém Celeste: “Vi também descer do céu, de junto de Deus, a Cidade Santa, uma Jerusalém nova, pronta como uma esposa que se enfeitou para o seu marido” (Ap 21: 21). Nessa ótica, segundo a qual o Cordeiro representa vida nova, longe de prefigurar o fim, João de Patmos apresenta o início de uma era, da vida plena e gloriosa em Deus: “Já não haverá noite: ninguém mais precisará da luz da lâmpada, nem da luz do sol, porque o Senhor Deus brilhará sobre eles e eles reinarão pelos séculos dos séculos” (Ap 22: 5). A vida em plenitude é a magnitude da revelação joanina; entretanto, a salvação em Cristo não é para todos: “Ficarão de fora os cães, os mágicos, os impudicos, os homicidas, os idólatras e todos os que amam ou praticam a mentira” (Ap 22: 15).

O livro tem início com a revelação divina que exorta João, por intermédio de uma visão, a escrever para as sete igrejas localizadas na Ásia e que representariam todas as comunidades cristãs existentes. Os capítulos dois e três trazem repreensões e correções para que os povos das sete igrejas preparem seu “espírito” para a vida nova em Cristo, deixando claro que o tempo da beatitude está chegando: “Eis que estou à porta e bato: se alguém ouvir minha voz e abrir a porta, entrarei em sua casa e cearei com ele e ele comigo” (Ap 3: 20). É a partir do capítulo quatro, no entanto, que a revelação traz à tona o “grande dia” em que “Deus entregará o destino do mundo ao Cordeiro”. De tal modo que ao Cordeiro é dado o livro inviolável dos sete selos que ninguém outrora, no céu ou na terra, havia tido o poder de abrir: “Digno és tu de receber o livro e de abrir seus selos, pois foste imolado e, por teu sangue, resgataste para Deus homens de toda tribo, língua e nação” (Ap 5: 9).

Após receber o livro, o Cordeiro divino começa a romper um a um os sete selos que mantinham o livro velado. Dos quatro primeiros selos irromperam, sequencialmente, quatro cavaleiros: o branco, que portava um arco e representaria a vitória de Cristo sobre a morte; o vermelho com uma espada, simbolizando guerras e dissensões; o preto trazendo consigo uma balança, que revela os maus agouros da escassez de alimentos e da consequente fome; e, por

fim, o cavalo esverdeado, símbolo da morte e da devastação de todos os incrédulos. Ao quarto cavalo, “foi-lhe dado poder sobre a quarta parte da terra, *para que exterminasse pela espada, pela fome, pela peste e pelas feras da terra*” (Ap 6: 8). Os selos seguem sendo abertos. No quinto, João tem a visão “das almas imoladas” que se ‘beneficiarão’ da justiça divina; no sexto lhe aparece um terrível terremoto, seguido de grandes eventos cósmicos que assolam a superfície da terra. Finalmente, é aberto o sétimo selo: “Quando o Cordeiro abriu o sétimo selo, houve no céu um silêncio de cerca de meia hora...” (Ap 8: 1). Com o desfecho da abertura do último selo, a visão seguiu num tom apocalíptico até o soar de todas as trombetas.

O rompimento do último selo é acompanhado pela visão dos sete anjos que “estão diante de Deus”, os quais receberam sete trombetas que começaram a ser tocadas sucessivamente, desencadeando uma série de acontecimentos, que passam pela gradual destruição da terra e do mar; pela queda de uma grande estrela; pelo ofuscamento de um terço do sol, da lua e das estrelas; pela disseminação de abismos e pestes e inumeráveis outras atrocidades que iam, paulatinamente, solapando a humanidade, até o toque da sexta trombeta, “na iminência do castigo final”. Não obstante tantos desastrosos, a sexta trombeta traz a visão da destruição de todos os inimigos e da consumação da humanidade: “Não haverá mais tempo! Pelo contrário, nos dias em que se ouvir o sétimo Anjo, quando tocar a trombeta, então o mistério de Deus estará consumado” (Ap 10: 7)¹². Após as catástrofes oriundas das seis primeiras trombetas, soará a sétima trombeta e, com ela, o reinado de Cristo, que venceu a morte, será pleno. O que reitera o próprio Evangelho, que já incumbia para o Filho (Cordeiro) o julgamento e o reinado dos céus. Assim, o rompimento do selo do livro simboliza a abertura do templo divino e a consolidação da arca da nova aliança (Ap 11: 19).

Do capítulo doze até o término do livro, a visão joanina ainda apresentará o aparecimento da Besta e de um falso profeta que está a serviço dela, numa trama que configura castigos e a destruição da Babilônia, que, para João, representa

¹² O julgamento e o extermínio revelados por João de Patmos parecem ser inconcebíveis com os relatos paciosos e amorosos da vida de Jesus. Para Nietzsche, levar a julgamento é anti-evangélico: “o sentimento mais ‘inevangélico’, a vingança, tornou a prevalecer” (AC/AC § 40). No entanto, conforme já mencionamos, o próprio evangelho já era judicativo, fato que contraria a interpretação de Nietzsche.

todas as abominações e perversões da cidade de Roma¹³. A essa destruição só sobreviverão os convidados/escolhidos: “Felizes os que foram convidados para o banquete das núpcias do Cordeiro” (Ap 19: 9). O livro traz, em seguida, a celebração da vitória do cavalo branco, representando o triunfo de Cristo sobre a morte e a dissolução dos efeitos diabólicos com a morte da Besta e do falso profeta: “ambos foram lançados no lago de fogo, que arde com enxofre” (Ap 19: 21). A celebração da vitória sobre a morte e a prefiguração da Cidade Celeste será ainda antecedida por um reino de mil anos, durante o qual o Diabo – simbolizado pelo Dragão e a antiga Serpente – esteve acorrentado. Nesse período, é mister salientar, aqueles que se sentaram diante do trono divino tiveram poder de julgamento, o que reforça a afirmação de que toda a trama apocalíptica se alimenta do juízo.

Por fim, passados os mil anos, o Diabo foi definitivamente “lançado ao lago de fogo e enxofre”. Se iniciou o julgamento final, com a abertura do livro da vida: “Os mortos foram então julgados conforme sua conduta, a partir do que estava escrito nos livros” (Ap 20: 12). Após o julgamento, o livro relata que a própria morte e o Hades foram definitivamente “lançados no lago de fogo”, conjuntamente com aqueles não inscritos no livro da vida. O livro, assim, assinala o término de todo julgamento, ou seja, Jesus teria cumprido seu dever/papel de vencer o Diabo e a morte e dar a vida plena a todos os que n’Ele creram. Convém, ainda, mencionar a promessa da visão final do autor, que, após tantos desatinos, dissensões e julgamentos ao povo temente a Deus, parece trazer acalento e “paz eterna” à Jerusalém Celeste:

Nunca mais haverá maldições. Nela estará o trono de Deus e do Cordeiro, e seus servos lhe prestarão culto; verão sua face, e seu nome estará sobre suas fronteiras [...]. O Senhor Deus brilhará sobre eles, e eles reinarão pelos séculos dos séculos (Ap 22: 3-5).

É inegável que se trata de um livro riquíssimo em simbolismos e pluralidade cultural. Ademais, se confrontado com a perseguição romana contra os cristãos no primeiro século, protagonizada sobretudo durante o reinado de

¹³ Nas notas que acompanham a edição teológica da Bíblia de Jerusalém, fica explicitado que a Babilônia é a própria Roma, enquanto cidade hostil ao Cordeiro divino. De tal sorte que o autor tem a “visão” da queda da cidade que, por décadas, perseguiu implacavelmente os cristãos e que o levou ao exílio/prisão na Ilha de Patmos: “*Caiu! Caiu a Babilônia, A Grande!* Tornou-se moradia de demônios, abrigo de todo tipo de espíritos impuros, abrigo de todo tipo de aves impuras e repelentes, porque, com o vinho de suas prostituições, foram embriagadas todas as nações e os reis da terra fornicaram com ela, e os mercadores da terra se enriqueceram graças ao seu luxo desenfreado” (Ap 18: 2-3).

Nero (54-68) e estendido até o reinado de Domiciano (81-96), quando o livro foi escrito, não deixa de ser um grito de resistência e de ânsia pela vida que, como não podia ser garantida em sua plenitude biológica, passou a ser requerida, por João de Patmos, no âmbito espiritual da transcendência e imortalidade. Trata-se de um grito de ressentimento, dirão Nietzsche e tantos outros “cavaleiros do Apocalipse ao revés”¹⁴, cujos efeitos marcam, também, a contemporaneidade indelevelmente, para além de gêneros literários e cinematográficos. O juízo de Deus, a necessidade e o desejo de julgar atravessam corpos, pensamentos, discursos e práticas; constroem e destroem existências; estabelecem padrões morais e determinam maneiras de viver; desprezam a imanência em nome da transcendência. Justo por isso, neste artigo, os pomos em questão, por meio da herança legada por D. H. Lawrence – que se movimentou pela vida, de modo teórico e prático, lutando contra diferentes formas e manifestações do juízo¹⁵ e afirmando a imanência. Compreendemos que seu legado indica linhas e saídas para uma existência que não careça de julgamentos. Apresentamos algumas dessas linhas, com a convicção de que criar saídas para escapar do juízo exige combate contra a lógica teleológica do transcendente.

3 D. H. Lawrence contra o juízo

David Herbert Lawrence foi um escritor inglês (1885-1930) que, embora tenha vivido apenas 44 anos, deixou-nos milhares de páginas que insistem na indissociabilidade entre existência, arte e pensamento¹⁶. Isso em diferentes

¹⁴ Na “Apresentação” do livro *Contra o juízo: Deleuze e os discípulos de Spinoza*, Heuser (2019, s/p) sugere, ainda que em tom interrogativo, que aqueles aos quais Deleuze chamou de “discípulos de Spinoza” (Nietzsche, Kafka, Artaud e Lawrence), no combate travado contra o juízo, cada um a seu modo, atuaram como “quatro cavaleiros do Apocalipse ao revés”, na medida em que “professaram que ‘Sim, a Vida em sua inocência vale a pena ser vivida na imanência da Terra!’ e, ao invés de o mundo chegar ao fim, o que acabará será o sistema do juízo?”.

¹⁵ Juízo, geralmente, expresso na forma de um padrão ideal inalcançável por qualquer vivente, que acaba aniquilando a vida, tornando-a pequena e, por isso, necessitando da transcendência para suportar a própria pequenez: “Os homens enfiam ideias dentro de sua cabeça, do que querem dizer com Vida, e então começam a cortar a vida de acordo com um padrão” (Lawrence, 2010, p. 34-35). Lawrence, que reverenciou o simples ato de viver e de estar vivo – tanto em sua vida cotidiana quanto em seus escritos que pensaram e dramatizaram a vida –, padeceu do juízo de diferentes maneiras. Justamente por não se adequar aos padrões, foi, sobretudo, acusado de pornográfico e teve algumas obras suas censuradas na Inglaterra, até os anos 60, entre elas está o mais conhecido romance do autor *O amante de Lady Chatterley* (Lorenzoni, 2019).

¹⁶ A arte, para Lawrence (2010, p. 64), revela “a relação entre o homem e o universo circundante, no instante vital”. A obra de arte é “a revelação da relação perfeita, num certo momento [...], entre o homem e o universo circundante que é a própria vida”. Pensar sobre essa relação possibilita a descoberta de “que nossa vida consiste nessa realização de um puro relacionamento entre nós e o universo vivo que nos cerca”. É realizando uma infinidade de “puras relações, grandes e pequenas” – “entre eu e a terra, eu e os céus e o sol e as estrelas”, entre mim e a água que sacia minha sede, “entre eu e o movimento com que escrevo”, entre você, a tela em que lê e o movimento do olhar realizado, agora, para acompanhar esta nota de rodapé – que cada vivente “salva sua alma”. Esta é a “nossa vida e a nossa eternidade: a sutil, perfeita relação entre mim e todo meu universo circundante”. Por essa perspectiva frente à vida, faz sentido Anna Maria Lorenzoni (2019, p. 71) definir Lawrence como o “profeta da imanência”.

gêneros: escreveu romances¹⁷, contos, novelas, poesias, ensaios (literários, filosóficos, psicológicos, educacionais), cartas, peças de teatro, livros de viagem; foi tradutor; fez jornalismo; escreveu críticas ao mundo moderno, dentre elas dois livros de considerações e, até certo ponto, de extrapolação, da psicanálise (*Fantasia do Inconsciente e Psicanálise e Inconsciente*), também críticas literárias compiladas em *Estudos sobre a literatura clássica americana* (2012); próximo à sua morte concluiu uma demorada análise do último livro da *Bíblia. Apocalipse* (Lawrence, 1990) é uma obra de não ficção, finalizada pouco antes de sua morte, por tuberculose, e publicada no ano seguinte¹⁸.

Lawrence vê o livro bíblico do Apocalipse como um grito de ressentimento dos primeiros cristãos contra a imponência e o poder de Roma. Ademais, o livro estaria deslocado do contexto do Novo Testamento, uma vez que apresenta julgamento e destruição, em contrapartida ao amor – que se torna explícito nos outros livros. Para sustentar a sua leitura, o escritor inglês opera uma análise dos vários traços culturais e históricos que perfazem o Apocalipse – de forma a revelar que se trata de um livro escrito por várias mãos e, ademais, extrapola os limites da cultura judaico-cristão por conter muitos elementos pagãos: cretenses, babilônicos, egípcios e de outras culturas orientais. Não há dúvida de que Lawrence é um crítico assíduo do estilo alegórico dos textos judaicos e que, portanto, suas críticas se endereçam para praticamente todo o alegorismo do monoteísmo desse antigo povo que deu origem ao cristianismo¹⁹. Para Lawrence (1990), o cristianismo teria seguido rumos diferentes da mensagem de Cristo, excepcionalmente devido a João de Patmos e a Paulo. E o Apocalipse joga papel central nos rumos que o cristianismo seguiu:

Uma leitura crítica e séria mostra que o Apocalipse expõe uma doutrina cristã da maior importância, que não contém nada do Cristo verdadeiro,

¹⁷ Lawrence considerava o romance “a mais alta forma de expressão humana até hoje alcançada [...], porque é totalmente incapaz do absoluto” (2010, p. 37). O romance é o único gênero literário que tem o poder de tocar os seres humanos em sua completude. Grandes romances são aqueles em que intenção e inspiração estão juntas. Exemplo disso “são os livros do Velho Testamento, Gênesis, Êxodo, Samuel, Reis, escritos por autores com intenções tão grandes que não entraram em choque com sua inspiração apaixonada” (2010, p. 40).

¹⁸ Inicialmente, era para ser a Introdução de um livro a respeito de simbolismo religioso primitivo, do artista e astrólogo Frederick Carter, mas, graças à composição de suas reflexões críticas ao cristianismo – iniciadas na infância, durante sua educação cristã – com as pesquisas feitas em Florença, sobre os etruscos, Lawrence acabou compondo um livro de considerações sobre o tema, no qual o seu entusiasmo, diante de um céu pré-cristão e da simbologia pagã, é visível. Nele, uma visão de vida religiosa não cristã é sistematizada, na qual a imaginação substitui “Cristo e o Espírito Santo como seu agente, e a Terra substitui o céu como plano de atuação” (Lorenzoni, 2019, p. 75).

¹⁹ Lawrence chega a dizer que não tem interesse nenhum pelas alegorias judaicas e, ademais, “a alegoria pode sempre ser explicada; e, ao sê-lo, esvazia-se” (1990, p. 112). Isso porque, esclarece Deleuze, a alegoria requer de nós apenas um sentido, o da visão, que é capaz de perceber partes, pedaços, não o conjunto em fluxo: “a alegoria é visual” enquanto o símbolo, que “é um turbilhão [...] convoca e reúne todos os outros sentidos” (Deleuze, 2011, p. 59).

nada dos Evangelhos verdadeiros, nada do fôlego criador do cristianismo, mas que, no entanto, é talvez a doutrina mais influente da Bíblia (1990, p. 22).

É certo que existe um relativo abismo entre o Evangelho de João e o Apocalipse, principalmente prefigurado pela disparidade entre o Deus-amor do Evangelho e o Deus-juiz do Apocalipse. No entanto, tal disparidade não é suficiente para concluir que são textos veementemente contraditórios e que o Apocalipse não contenha nada dos evangelhos ou do Cristo verdadeiro. Pois, como mostramos, já no capítulo 5 do Evangelho de João Deus confia a seu filho o pleno poder de julgamento, tonalidade que será mantida no Apocalipse – obviamente que de forma mais exacerbada e prefigurando o extermínio da terra e da humanidade. Seja como for, nossa intenção não é criticar ou contrariar Lawrence em sua análise, apenas apontar que ele acabou por não estabelecer elos entre algumas linhas que ligam ambos os textos. Em suma, como pudemos evidenciar, o juízo não é nenhuma novidade apocalíptica do Novo Testamento; pelo contrário, faz parte da espinha dorsal de muitos outros textos.

O ponto de partida da análise de Lawrence se encontra numa relação de poder entre os fracos e pseudo-humildes *versus* os fortes e poderosos, algo semelhante à análise que Nietzsche fez na *Genealogia da moral* (1998). Acontece que, em Lawrence, os fracos coincidem com os cristãos patmistas que ansiavam pela libertação do poder de Roma, mais especificamente na era de Nero – o grande perseguidor dos cristãos (Lawrence, 1990, p. 21). Contrariando a lógica do amor fraternal de Cristo, o Apocalipse apresenta um grande ressentimento e vontade de vingança: “Pois o Apocalipse, diga-se de uma vez por todas, é a revelação da imorredoura vontade de poder do homem e sua santificação, seu triunfo final” (Lawrence, 1990, p. 23). Uma vontade que se alimenta do ódio ao objeto de seu desejo e, portanto, quer a destruição e a posse daquilo que é desejado. Uma grande reviravolta garantida pela destruição que se segue ao soar da sétima trombeta do sétimo anjo:

As nações tinham-se enfurecido, mas a tua ira chegou, como também o tempo de julgar os mortos, de dar recompensa aos teus servos, aos profetas, aos santos e aos que temem o teu nome, pequenos e grandes, e de exterminar os que exterminaram a terra (Ap 11: 18).

Um sentimento reativo de autoglorificação – é assim que Lawrence

vislumbra o texto apocalítico de resistência dos primeiros cristãos contra a perseguição romana. Os “escolhidos” seriam, segundo o escritor inglês, uma grande massa formada por almas medíocres e sedentas de autoglorificação (Lawrence, 1990, p. 24). Nesse sentido, não há dúvida de que o Apocalipse é terrivelmente antievangélico e contrário ao amor fraternal e desinteressado do Cristo dos evangelhos sinóticos²⁰. Lawrence é arrebatador ao mencionar o Cordeiro de João de Patmos: “João fala num Cordeiro ‘como morto’: mas nunca o vemos morto, e sim matando milhões de seres humanos” (Lawrence, 1990, p. 63). De um lado, cristãos ressentidos pelo sofrimento a eles imputado e, de outro, uma religião pautada numa vida posterior: assim se constrói o Apocalipse: como um grande julgamento dos perseguidores de cristãos. Obviamente, se trata de um julgamento moral, do “bem” contra o “mal”, ou ainda, dos justos contra os ímpios. É difícil mencionar a dor dos primeiros cristãos perseguidos, porém, o Apocalipse vai na contramão do Cristo fraterno, operando por meio de um estado onírico de revelação que tem seu escopo no velho e implacável juízo.

No livro final da Bíblia, os ímpios recaem sobre um “lago de fogo e de enxofre”. Eis o grande veredito: a dívida infinita é restaurada com a certeza de que os inimigos sofrerão no lago escaldante. Deleuze, no texto “Nietzsche e São Paulo, D. H. Lawrence e João de Patmos”, é enfático na concordância com a leitura de Lawrence ao mencionar que o livro bíblico “traz uma religião do Poder – uma crença, uma maneira terrível de *judgar*” (2011, p. 52). Certamente, o próprio Cristo, em sua vida suave e amorosa, não suportaria ler o texto do Apocalipse. Para Lawrence, todo o livro não passa de uma profunda petulância e autoglorificação: “Ah, é o cristianismo das massas medíocres, este cristianismo do Apocalipse. E – forçoso dizê-lo – é medonho. Sua base é o farisaísmo, a presunção, a vaidade, a *inveja* secreta” (1990, p. 115). Primeiro, a destruição do mundo e, depois, o aparecimento de uma Jerusalém Celeste; no fundo, o livro se revela como um grande acalento com vistas ao transcendente: a um mundo outro que trará paz para os justos que sofreram e foram perseguidos pelos ímpios. Lawrence não poupou críticas ao cristianismo: “Temos Jesus – mas temos

²⁰ Embora os evangelhos sinóticos não contenham uma doutrina elaborada do juízo, tal qual no Evangelho de João, cabe salientar que o juízo também aparece nos evangelistas, a exemplo de Mateus: “Eu vos digo que de toda palavra sem fundamento que os homens disserem darão contas no Dia do Julgamento. Pois por tuas palavras serás justificado e por tuas palavras serás condenado” (Mt 12: 36).

também João. Temos o amor cristão – mas temos também a inveja cristã. Aquele quer ‘salvar’ o mundo – e esta só ficará satisfeita quando conseguir destruí-lo. São as duas faces de uma mesma moeda” (1990, p. 115).

Nos cabe perguntar: teria João de Patmos distorcido a própria doutrina de Cristo com o Apocalipse? Ou seria o Apocalipse um reflexo direto das próprias intenções do “filho de Deus”? A resposta ainda se revela complexa, porém agora temos alguns elementos para afirmar que sim, ao menos em grande parte. Em grande parte, porque a doutrina do julgamento já se fazia presente no Cristo do Evangelho de João; no entanto, compactuamos com Lawrence que é inconcebível equiparar a figura do Cristo presente no conjunto do Novo Testamento com aquela apresentada no Apocalipse; ademais, conforme o próprio Lawrence, o livro contém caracteres pagãos que extrapolam a cultura judaica:

A impressão que nos dá o Apocalipse é a de que não é um único livro, e sim vários, talvez muitos. Mas não se trata de uma compilação de trechos de diversos livros, como Enoc. É uma obra em várias camadas, como as camadas de civilização que vão surgindo quando se escava uma cidade antiga. Bem no fundo temos um substrato pagão, talvez um dos livros antigos da civilização egeia: um livro de algum mistério pagão. Esse livro foi retrabalhado por alguns apocaliptas judaicos, depois ampliado e, por fim, retrabalhado pelo apocalipta judeu-cristão João: posteriormente, foi expurgado e corrigido e enxugado por revisores cristãos, com o objetivo de transformá-lo numa obra cristã (Lawrence, 1990, p. 41).

Um Cristo “conquistador onipotente”, envolto de paganismo e operando múltiplas destruições²¹. Esse teria sido o resultado das “muitas camadas” que resultaram no texto final do Apocalipse. Ao desvelar alguns caracteres da natureza do último texto do Novo Testamento, Lawrence opera uma dessacralização do texto, deixando o juízo final à mercê de uma desesperada busca por vingança e esplendor. Assim como dá a ver que essa busca está expressa em caracteres que extrapolam o mundo judaico-cristão e mostra que no livro estão presentes traços de culturas repudiadas pela cristandade nascente. Deleuze (2011, p. 61) sugere que João de Patmos é impelido a recorrer ao paganismo – que não é o seu inimigo –, a “convocar, ressuscitar o Cosmos inteiro” contra o Império Romano para que este seja aniquilado, mesmo que às custas da

²¹ Para Deleuze, o livro é sedimentar e estratificado, contendo “um estrato pagão, um judeu e um cristão [...]. João conhecia muito mal e muito pouco Jesus, os Evangelhos, ‘mas parece que sabia muita coisa a respeito do valor pagão dos símbolos, em contraposição ao seu valor judaico ou cristão’” (2011, p. 59).

destruição do mundo e que o poder, enfim, seja assentado na cidade celestial.

No fundo, tudo gira em torno do velho cordeirinho revestido com pele de leão. Assim é como Deleuze (2011, p. 54) percebe, isso é o que o leva a questionar se o cristianismo não é o próprio anticristo; afinal, um cordeiro carnívoro e arrebatador de pessoas é um tanto pesado para o velho propagador do amor. De um lado, um Cristo cujo empreendimento se volta para o indivíduo, para o seu bem-estar e sua salvação individual; de outro, um empreendimento coletivo que envolve relações de poder, humilhação e vitória contra os antigos carrascos²². Uma vontade de poder que constrói seu próprio paraíso às custas do abalo de tudo o que outrora existira: assim se faz o ressentimento do autor do Apocalipse e, ainda com mais contundência, assim se prolifera o juízo e sua lógica nefasta.

Esse é o ponto que torna João de Patmos objeto de tantas críticas de Lawrence: a raiva e a vingança. Não bastaria que os cristãos se libertassem e desfrutassem de uma vida liberta dos romanos? Para o Apocalipse de João de Patmos, o ataque contra os perseguidores se revela mais ferrenho que a própria libertação. Quando o Cordeiro recebe o livro dos sete selos e começa a rompê-los, um a um, de forma estratificada, o que vemos é uma sequência de eventos catastróficos que causam destruição e morte até a abertura do sétimo selo, que desencadeará mais uma série destrutiva, agora dividida pelo soar de cada uma das sete trombetas. Ao soar da sétima trombeta, a paz, enfim, parece triunfar com o aparecimento do templo divino; no entanto, eis que agora a desgraça recairá sobre a Babilônia (Roma), no capítulo doze. Mesmo quando a vitória do cavalo branco/Cristo se consolida, ainda aparecerá o infortúnio do lago de fogo para “aquecer” a Besta e o falso profeta. E quanto ao julgamento protagonizado em todo o Apocalipse? Este só desaparece depois que todos foram julgados. Ora, pois, foi preciso um extermínio em massa para o despontar de uma Jerusalém Celeste livre do juízo, mediante uma “paz” forjada à custa de escombros e derramamento de sangue. Assim teria se cumprido a teleologia patmista, cujo *modus operandi*

²² Para Lawrence (1990) e para Deleuze (2011), o Cristo coletivo não passa de uma grande invenção protagonizada por João de Patmos e sustentada na imagem do Cristo ressuscitado e julgador dos vivos e mortos com vistas a infiltrar-se no poder, microfisicamente. Deleuze nitidamente expressa isso: “A alma coletiva não deseja simplesmente apossar-se do poder ou substituir o déspota. De um lado, ela quer destruir o poder, odeia o poder e o poderio, João de Patmos odeia de todo o coração César ou o Império Romano. Porém, de outro lado, também quer infiltrar-se em todos os poros do poder, enxamear seus focos, multiplicá-los por todo o universo: quer um poder cosmopolita, mas não às claras, como o do Império, e sim em cada canto e recanto, em cada rincão escuro, em cada redobra da alma coletiva” (cf. Deleuze, 2011, p. 54-55).

coincide com a nefasta lógica do juízo assinalada por Deleuze (2011): preciso e quero julgar.

Considerações finais

Voltamos à questão que nos motivou a escrever: na imanência, haverá saídas do sistema do juízo? De um ponto de vista judaico-cristão, a resposta é negativa: com seu poder de influência sobre o Ocidente, ao menos, ele nos desconectou deste mundo e de nós mesmos, levando-nos a julgar, moralizar, depreciar e rebaixar a vida. O moralismo apocalíptico, outrora expresso no cânone das leis judaicas presentes nos livros proféticos de Daniel e Jeremias, acaba afastando os cristãos de uma “resistência” intramundana, pois se trata de um movimento vertical em busca do transcendente e, conseqüentemente, de um grande desencontro com o Cosmos, com o “*lugar dos grandes símbolos vitais e das conexões vivas, a vida-mais-que-pessoal*” (Deleuze, 2011, p. 54). Os judeus, primeiro, nos separaram do Cosmos quando “substituíram as conexões cósmicas pela aliança do deus com o povo eleito”; depois, os cristãos aumentaram a distância, quando estreitaram ainda mais nossa vida ao substituírem a vida suprapessoal pelo “pequeno vínculo pessoal da alma com Cristo” (Deleuze, 2011, p. 54). Para Lawrence, “o que nos falta é vida cósmica” (1990, p. 37); no fundo, o judaísmo-cristão e o gradativo afastamento do paganismo antigo foi nos afastando de uma relação viva com a natureza. Tendemos – seja pela filosofia, pelas ciências, pelas religiões monoteístas – a mitificar e vulgarizar as antigas cosmologias que possuíam relação afetiva com as estrelas, os astros e a natureza como um todo e, com isso, o mundo, aos poucos, ganhou conotação moral – fazendo com que cada humano se transforme num microjuiz, que moraliza antes de sentir e julga antes de experimentar. Para Lawrence: “Perdemos o sol. E ele apenas cai sobre nós e nos destrói, decompondo algo em nós: o dragão da destruição em vez daquele que dá a vida” (1990, p. 35).

Se no Evangelho e na Epístola de São João, Cristo já aparecia como um juiz que exercia poder de julgamento sobre os homens, no Apocalipse tal grau é demasiadamente ampliado ao culminar na terrível punição do “lago de fogo e de enxofre”. Chama atenção o fato de que o livro dos sete selos, que tem como desfecho a vitória do Cordeiro sobre a morte e a prefiguração da Jerusalém

Celeste, seja antecedido por tanto infortúnio e destruição. Um movimento reativo, diria Lawrence, em que os perseguidos de outrora operam a mais sórdida vingança e o próprio Deus amoroso, apresentado por João Evangelista, se torna o protagonista de catástrofes e mortes. A repugnante lógica do juízo, que insiste em inibir e aprisionar os corpos, encontra no Apocalipse o maior aliado que a História pôde propiciar.

Diante disso, somos levados a concordar com Deleuze: “O Apocalipse triunfou, jamais conseguimos sair do sistema do juízo” (2011, p. 56). A menos que a vida imanente, esta que cada vivo sente e sabe, intensamente, que vive *no* corpo, seja o mais importante, porque “nada é importante senão a vida”, que “não está em outro lugar, senão nos vivos, Vida com o V maiúsculo” (Lawrence, 2010, p. 31). Vida que não se restringe a um eu que tende a identificar-se ao mundo, mas que *se vive* “como um fluxo, um conjunto de fluxos em relação com outros fluxos, fora de si e dentro de si próprio” (Deleuze, 2011, p. 62). São esses sentir e viver, para além da vida pequena do Eu, a fórmula para combater a teleologia da transcendência. Eles promoverão outras lógicas, outras linhas para o pensamento. Os mortos que se ocupem do suposto além-mundo; afinal, a vitalidade do Cosmos cabe aos vivos. Deixamos a Lawrence as últimas palavras que respondem afirmativamente à indagação que nos mobilizou:

Para o homem, a grande maravilha é estar vivo. Para o homem, como para a flor, o animal, a ave, o supremo triunfo é estar mais intensamente, mais perfeitamente vivo. O que quer que saibam os não nascidos e os mortos, eles não podem saber a beleza, a maravilha, de sentir na carne que se está vivo. Os mortos podem cuidar do além. Mas o magnífico aqui e agora da carne é nosso, e é só nosso, e nosso só por algum tempo. Deveríamos dançar de êxtase por estarmos vivos, em carne e osso, fazendo parte do cosmo vivo e encarnado (Lawrence, 1990, p. 121).

REFERÊNCIAS

BÍBLIA de Jerusalém. Tradução publicada sob a direção da “École Biblique de Jerusalém”. São Paulo: Paulus, 2002.

BORTOLINI, José. **Como ler o Apocalipse: resistir e denunciar**. 5. ed. São Paulo: Paulus: 1994.

BROWN, Raymond Edward. **A comunidade do discípulo amado**. São Paulo: Paulus, 2011.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. Tradução de Peter Pál Pelbart. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

HEUSER, Ester Maria Dreher (Org.). **Contra o juízo: Deleuze e os herdeiros de Spinoza**. Curitiba: Appris, 2019.

HEUSER, Ester Maria Dreher. D.H. Lawrence – O homem que morreu #1 Apresentação. **Doses Literárias**. Paraná. Spotify, 14 abr. 2020a. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/14Ao1IMtCLELxnwIph6GJh>. Acesso em: 05 jun. 2023.

HEUSER, Ester Maria Dreher. D.H. Lawrence – O homem que morreu #2 Parte 1. **Doses Literárias**. Paraná. Spotify, 14 abr. 2020b. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6y7qGLYgyAjoJ7XsxjVsYh>. Acesso em: 05 jun. 2023.

HEUSER, Ester Maria Dreher. D.H. Lawrence – O homem que morreu #3 Parte 2. **Doses Literárias**. Paraná. Spotify, 14 abr. 2020c. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1WRJrHMf8PObBkhUJKNp4s>. Acesso em: 05 jun. 2023.

KOCH, Klaus. **The rediscovery of apocalyptic**. Naperville: Alec R. Anderson, 1972.

LAWRENCE, David Herbert. **Apocalipse seguido de O homem que morreu**. Tradução de Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

LAWRENCE, David Herbert. **O livro luminoso da vida: escritos sobre literatura e arte**. Seleção, tradução, introdução e notas de Mário Alves Coutinho. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.

LAWRENCE, David Herbert. **Estudos sobre a literatura clássica americana**. Tradução de Heloísa Jahn. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

LORENZONI, Anna Maria. Lawrence: o profeta da imanência. In. HEUSER, Ester Maria Dreher (Org.). **Contra o juízo: Deleuze e os herdeiros de Spinoza**. Curitiba: Appris, 2019, p. 75-80.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Genealogia da moral – uma polêmica**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **O Anticristo – maldição ao cristianismo – ditirambos de Dionísio**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SOARES, Dionísio Oliveira. *A literatura apocalíptica: o gênero como expressão*. **Horizonte - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 7, n. 13, p. 99-113, 3 dez. 2008.

WAVGINIAK, Túlio Melo. **O testemunho no quarto evangelho: uma análise narrativa de João Batista e do discípulo amado**. Dissertação (Mestrado em Teologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.